



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

AUTÓGRAFO Nº 122/2008

LEI Nº 973/08, DE 01 DE AGOSTO DE 2008.

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE
SUBSÍDIO DOS SENHORES
VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
ARACOIABA PARA A
LEGISLATURA 2009/2012, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, no uso de suas atribuições legais, amparada na C.F, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Aracoiaba.

Considerando o disposto nas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 25/00, de 04 de junho de 1998 e 14 de fevereiro de 2000, respectivamente;

Considerado que os incisos V, VI e VII do artigo 29, incisos X e XII do artigo 37, parágrafo 4º do Art. 39 da Constituição Federal, dispõe sobre a fixação dos Subsídios dos Agentes Políticos Municipais;

Considerado que a Emenda Constitucional 25/00, altera redação do inciso VI do citado artigo 29 e acrescenta o artigo 29-A a Carta Magna do Brasil, dispondo sobre os limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal;

Considerando que a Lei Orgânica do Município disciplina citada matéria no artigo 13-A, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI;

Considerando ainda que a Lei Orgânica do Município de Aracoiaba admite mera Resolução para fixar o subsídio dos senhores Vereadores, no entanto, o Município pretende fazer mais do que isso, editar ato de superior hierarquia, quando dela não necessitava, nem por isso perde os efeitos que deseja, como nem por isso vicia a intenção dos autores, nem se desvia da finalidade publicística que deve estar presente, até porque declinados Tribunais Superiores Estaduais, entendem que a fixação dos subsídios, ainda que não expressamente



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

requeira a edição de Lei para tal, afim de não causar polêmica resolve editar o presente Projeto de Lei.

LEI

Art. 1º - O subsídio dos Senhores Vereadores para a Legislatura 2009-2012, é o fixado nesta Lei, observados os limites estabelecidos nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal alterados pela Emenda Constitucional nº 25/00, inciso VI de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 2º - Os Vereadores perceberão a partir de 01 de janeiro de 2009, subsídio mensal de R\$ 3.715,00 (três mil setecentos e quinze reais), mensal.

§ 1º - Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes a não realização da Sessão por falta de quorum, e, a ausência de matéria a ser votada;

§ 2º - No recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral;

§ 3º - A ausência de Vereador na ordem do dia de Sessão Plenária Ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no valor equivalente a uma Sessão, considerando-se para isso, o número de Sessões havidas no mês;

§ 4º - No caso de ausência de Vereador em representação, a serviço, audiências gerais, congressos, cursos e demais situações que caracterize o exercício do cargo, a remuneração será integral, exceto aquelas atividades de caráter particular;

§ 5º - O suplente convocado em caso de vaga por investidura do titular no cargo de Secretário Municipal ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias, perceberá subsídio igual ao fixado para o titular;

§ 6º - Assumindo o suplente no decorrer do mês, perceberá subsídio integral ao período, em efetivo exercício da vereança.

Art. 3º - O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Aracoiaba, desde que no efetivo exercício, perceberá um subsídio mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em parcela única.

§ 1º - Os demais integrantes da Mesa Diretora perceberão o subsídio comum aos demais Vereadores;

§ 2º - O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência nos



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal por mais de quinze (15) dias, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente, previsto neste artigo.

Art. 4º - Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:

- I – Individualmente para cada Vereador, à remuneração do Prefeito Municipal;
- II – O total gasto com pagamento dos subsídios dos Vereadores, incluindo o destinado ao Presidente da Câmara não poderá exceder ao montante de 5% (cinco por cento), da receita do Município.

Art. 5º - Para efeitos desta Lei, entende-se como receita do Município, o somatório de todos os ingressos financeiros no cofre Municipal, exceto:

- I – A receita de contribuições dos servidores destinados a constituição de fundos ou reservas para o custeio de programas de previdência e assistência social, mantidos pelo Município e destinados a seus servidores;
- II – Operação de créditos;
- III – Receita de alienação de bens moveis ou imóveis;
- IV – Transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não, para realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de governo.

Art. 6º - O subsídio dos Vereadores, observará o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29 e parágrafo 1º do artigo 29-A, da C.F, e atenderá os seguintes limites máximos:

(Artigo 29)

“Inciso VI...

b) – Em Municípios de 10.001 a 50.000 habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a 30% (trinta por cento) do subsídio dos deputados estaduais;

Inciso VII – O total da despesa com a remuneração dos senhores Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.”

(Artigo 29-A)

“Inciso I – 8% (oito por cento) para Município com população de até 100.000 habitantes.”

Art. 7º - A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento de pessoal, incluindo o gasto com o subsídio de seus Vereadores.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

Art. 8º - A Câmara Municipal quando reunida para Sessão Extraordinária, somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada, recebendo os Vereadores a título de indenização, o valor correspondente a 25% (vinte cinco por cento) do subsídio, durante o período de recesso e deverão ser pagas com recursos dos 30% (trinta por cento) do repasse realizado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, destinado as demais despesas da Câmara, por terem cunho indenizatório.

Parágrafo Único – Quando a Câmara for convocada para Sessão Extraordinária no período Ordinário o percentual pago aos senhores Vereadores sairá dos 70% (setenta por cento) do gasto com pessoal e sua execução dependerá de disponibilidade financeira.

**Redações dadas pelas Resoluções da Câmara Municipal nº 197/03, de 01 de agosto de 2003 e 206/05 de 03 de junho de 2005.*

Art. 9º - Aos Subsídios de que trata esta Lei serão assegurados revisão geral e anual, na mesma data, sem distinção de índices observados a forma do artigo 37, inciso X da Constituição Federal e § 4º do artigo 39.

Parágrafo Único – O índice oficial adotado, para efeito da revisão geral assegurado no *caput* desse artigo, é o IPC/ IBGE.

Art. 10 - É condição de legalidade para pagamento de subsídio mensal dos Vereadores, a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos sendo gerados a partir de 01 de janeiro de 2009.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA, aos 01 de agosto de 2008.

Francisco Walmick de Queiroz Bernardino
PRESIDENTE

Salomão Alves de Moura
1º VICE-PRESIDENTE

José Luciano da Silva
2º VICE-PRESIDENTE



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Transparência e Seriedade

José Nazareno Oliveira Bezerra
1º SECRETÁRIO

Antonio Claudio Pinheiro
2º SECRETÁRIO